Deputados ameaçam dar o troco no governo e no STF por indefinição



Congressistas estão irritados com restrições do STF às emendas parlamentares

ário da Manl

TRO DOS MUNICIPIOS

Parlamentares cogitam não votar lei que autoriza gastos do Executivo no próximo ano, em um evento que não tem precedente na história do Congresso

REDAÇÃO

Contrariados com a falta de definição sobre o bloqueio das emendas parlamentares, deputados ameaçam dar o troco e não votar a lei que autoriza os gastos do governo no próximo ano, que depende da aprovação do Congresso Nacional. A estratégia de integrantes da Comissão Mista de Orçamento é vista por especialistas como suicida, já que o Orçamento do Brasil ficaria completamente

Parlamentares veem a medida como a principal moeda de troca para assegurar que o Supremo Tribunal Federal (STF) libere os recursos previstos nas emendas, destinando dinheiro público aos municípios do País.

O repasse das emendas está suspenso desde agosto, quando o ministro Flávio Dino determinou que o Congresso e o governo dessem mais transparência e rastreabilidade para o envio das verbas aos municí-

Retaliação ao Congresso

No entendimento de membros da Comissão Mista de Orcamento (CMO), ouvidos pelo jornal O Estado de São Paulo, governo e STF jogam juntos para frear a liberação de recursos para os deputados. E impedir a votação da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) imporia uma "humilhação" ao governo. Eles dizem que trata-se de um "movimento sem cabeça", fruto da indignação coletiva dos congressistas.

Se o impasse não for resolvido e as emendas não forem liberadas, apontam eles, as emendas remanescentes deste ano e que aguardam destinação não valeriam para 2025. Além disso, relatam, há uma constante pressão de prefeitos para que os recursos voltem a suas cidades.

"Existe uma insatisfação grande da base, tanto pelo bloqueio das emendas por decisão judicial e tanto pela falta de entendimento mais claro por parte do governo", aponta o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), integrante da CMO que relata já ter ouvido a indignação de outros colegas. "Enquanto não houver uma decisão que envolva Legislativo, Executivo e Judiciário, existe um pensamento que a Câmara vai ficar no aguardo esperando as decisões saírem para voltar à sua rotina normal.'

O presidente da CMO, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), também confirma a movimentação. "Existe uma movimentação, mas acho que depois que o Senado aprovar (o projeto das emendas), resolve a questão", diz. Segundo ele, a previsão é votar no final de novembro, se o Supremo liberar as emendas. Do contrário, afirma ele, "fica muito mais difícil". "Acaba atingindo o orçamento do próprio Supremo."

Congressistas queixam-se também da ausência do líder do governo no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (PT-AP). Eles dizem que Randolfe é pouco presente nas negociações por um acordo em torno das matérias analisadas na comissão.

O projeto de lei que estipula novas regras para as emendas parlamentares foi aprovado na Câmara dos Deputados na terça-feira, 5. Ainda resta a aprovação do Senado Federal e a sanção presidencial. Enquanto isso, faltam seis semanas para o fim do ano legislativo, que se encerra no dia 23 de dezembro. É uma corrida contra o tempo dos dois lados.

PUBLICIDADE LEGAL

uatro (04) dias do mês de novembro (11) de dois mil e vinte e quatro (2024). **NADA MAIS**O referido é verdade e dou fé.
Bela Vista de Goiás, 04 de novembro de 2024
João Batista Silva
Oficial Substituto Respondente



Publicidade Legal